

ATO Nº 7.827, DE 6 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no art. 96, inciso I, letra "b" da Constituição da República, conforme Processo SEI nº 0010359-35.2026.4.03.8000, resolve:

I - EXONERAR, a pedido, o servidor EVANJO DE JESUS SANTOS, RF 2147, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, do cargo em comissão, CJ-3, de Assessor Jurídico I, do Gabinete da Corregedoria Regional, nos termos do art. 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/97.

II - NOMEAR o servidor ANDRE VALVERDE COSTA, RF 2400, bacharel em Direito, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, para exercer o referido cargo em comissão, nos termos do art. 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/97.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

RETIFICAÇÃO

Processo SEI nº 0040599-41.2025.4.03.8000

Interessado: Ricardo dos Santos Gabriel de Jesus

Assunto: Exoneração

No Ato PRES nº 7689, de 03/03/2026, desta Presidência, publicado no Diário

Oficial da União de 06/03/2026, Seção 2:

Onde se lê: "Classe A, Padrão 1"

Leia-se: "Classe A, Padrão 2"

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 83 TRE-AL/PRE/GPRES, DE 9 DE ABRIL DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no Processo SEI nº 0002151-24.2026.6.02.8000, resolve:

Art. 1º NOMEAR nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, c/c o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, o candidato HUDO ALMEIDA DAMASO TENORIO, inscrição nº 10384879, classificado em 1º lugar no Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, conforme Edital nº 45, publicado no DOU de 13/01/2026, Seção 3, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Analista Judiciário da Área Judiciária, Classe A, Padrão I, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 6.062/74 no quadro efetivo do TRE-SC e posteriormente recebido neste TRE-AL por meio de redistribuição recíproca, conforme consta na Portaria TRE-AL nº 332, publicada em 02/09/2019, no D.O.U., Edição 169, Seção 2, Página 128, e cuja vacância foi decorrente de posse em outro cargo inacumulável do servidor GUSTAVO ADOLFO CAMARA DE ARAUJO, conforme Portaria nº 32, publicada no DOU nº 30, em 12/02/2026, Seção 2, página 77.

Art. 2º Art. 1º NOMEAR nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, c/c o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, o candidato TADEU PATELO BARBOSA, inscrição nº 10021968, classificado em 2º lugar no Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, conforme Edital nº 40, publicado no DOU de 13/08/2025, Seção 3, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Analista Judiciário da Área Administrativa, Classe A, Padrão I, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 6.082 de 10/07/1974 no quadro efetivo do TRE-SP e posteriormente recebido neste TRE-AL por meio de redistribuição recíproca, conforme consta na Portaria TRE-AL nº 573, publicada em 03/11/2016, no D.O.U., Edição 211, Seção 2, Página 55, e cuja vacância foi decorrente da aposentadoria da servidora MARIA DO CARMO DE ARAUJO, conforme Portaria nº 173, publicada no DOU nº 183, em 25/09/2025, Seção 2, página 65, ora enquadrado nos limites autorizados no Anexo I da Portaria TSE nº 069/2026.

Art. 3º NOMEAR nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, c/c o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, a candidata DANIELLY ALVES SANTOS, inscrição nº 10264552, classificado em 1º lugar no resultado final de candidaturas negros do Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, conforme Edital nº 32, publicado no DOU de 27/05/2025, Seção 3, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário da Área Administrativa, Classe A, Padrão I, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.842/2004, vago em decorrência da aposentadoria da servidora MARIA JOSE COSTA DA SILVA, conforme Portaria nº 174, publicada no DOU nº 183, em 25/09/2025, Seção 2, página 65, ora enquadrado nos limites autorizados no Anexo I da Portaria TSE nº 069/2026.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA TRE-BA Nº 475, DE 9 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º, XXXII, da Resolução Administrativas TRE-BA nº 1/2017, e tendo em vista a nova estrutura orgânica deste Tribunal, aprovada pelas Resoluções Administrativas nº 6/2026 e 7/2026, resolve:

Art. 1º Designar, a partir de 10 de abril de 2026, os(as) servidores(as) abaixo elencados(as) para as respectivas funções comissionadas deste Tribunal:

I - Nívia Passos Barberino Pereira, Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, função comissionada de Chefe do Núcleo de Cerimonial da Assessoria de Cerimonial;

II - Fábio Júlio Lemos Calazans, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, função comissionada de Chefe da Seção de Processamento do 1º Grau de Jurisdição da Coordenadoria do 1º Grau de Jurisdição - FC-6;

III - Felipe Vieira Souza, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe C, Padrão 13, função comissionada de Chefe da Seção de Suporte ao Processo Judicial Eletrônico e Saneamento de Dados Processuais da Coordenadoria do 1º Grau de Jurisdição - FC-6.

Des. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO

PORTARIA TRE-BA Nº 494, DE 9 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 41, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), CONSIDERANDO a previsão contida no artigo 5º, § 1º, da Resolução CD/ANPD nº 18, de 16 de julho de 2024; CONSIDERANDO o disposto no SEI nº 0007421-45.2026.6.05.8000, resolve:

Art. 1º Designar o servidor Antônio Moisés Almeida Braga para exercer a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer - DPO), e a servidora Ana Cláudia Araújo Pinto para exercer a função de Suplente, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Art. 2º Compete ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais as atribuições previstas no § 2º do art. 41 da LGPD, especialmente:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares de dados, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências;

III - orientar os colaboradores e contratados da instituição sobre as práticas tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Art. 3º As informações de contato do Encarregado de Dados e da Suplente do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais serão divulgadas publicamente no sítio eletrônico oficial do Tribunal, de forma clara e objetiva.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA TRE/PRE/DG/SGP/COTEP/SAPI Nº 24.754, DE 9 DE ABRIL DE 2026

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, XXVIII, do Regimento Interno, e à vista das decisões proferidas no Processo SEI nº 0000462-09.2026.6.14.8000, resolve:

Art. 1º CONCEDER, em decorrência do falecimento do servidor ativo CARLOS ROBERTO DOS SANTOS, Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe "C", Padrão 13, matrícula 30905370, pensão à ALDADINA SIMÕES DOS SANTOS, com fundamento no art. 23, §4º, da Emenda Constitucional nº 103/2019; art. 16, inciso I, art. 74, caput e inciso I e art. 77, §2º, inciso V, alínea "c", item "6", da Lei nº 8.213/1991 c/c §2º do art. 11, do Anexo I, da Portaria MTP nº 1.467/2022, a partir de 02/01/2026, data do óbito do instituidor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 112 TRE-PB/PRE/ASPRE JOÃO PESSOA, DE 6 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 0003056-88.2026.6.15.8025, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do servidor JOÃO PAULO DE MEDEIROS SANTOS, matrícula nº 0599, para participar de Curso de Formação Profissional para o cargo de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual, promovido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí - Edital de Convocação nº 17/2026, no período de 06/04/2026 a 29/04/2026, sem prejuízo de sua remuneração deste Tribunal, com a manutenção do benefício do auxílio alimentação, bem como da assistência médico-hospitalar, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 8.112/90, c/c o art. 14 da Lei nº 9.624/1998, o art. 2º da Resolução TSE nº 22.071/2005, o art. 7º da Resolução TRE nº 12/2014 e o art. 9º, da Resolução TRE nº 08/2019.

Des. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/PRESI/DG/SGP/COPES/SEREF Nº 203, DE 6 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício nº 31/2026 (0002681888) do Juiz da 32ª Zona Eleitoral do Piauí, incluso no Processo SEI nº 0005156-11.2026.6.18.8032, resolve:

Art. 1º DISPENSAR LARISSA ESTHERPHANE CACHO DE OLIVEIRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Tribunal, da função comissionada de Chefe de Cartório, Nível FC-06, da 32ª Zona Eleitoral de Altos, e DESIGNAR a citada servidora para ocupar a função comissionada de Assistente I, Nível FC-01, da mencionada Zona Eleitoral.

Art. 2º DISPENSAR RAFAEL MOTA MONTEIRO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Tribunal, da função comissionada de Assistente I, Nível FC-01, da 32ª Zona Eleitoral de Altos, e DESIGNAR o citado servidor para ocupar a função comissionada de Chefe de Cartório, Nível FC-06, da mencionada Zona Eleitoral.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

PORTARIA PRESIDÊNCIA TRE/PRESI/DG/SGP Nº 213, DE 9 DE ABRIL DE 2026

Considerando a competência prevista no art. 16, inciso XII da Resolução nº 107, de 4 de julho de 2005 (Regimento Interno do Tribunal), para nomear, empossar e exonerar aqueles que exercerão os cargos em comissão; designar e dispensar os ocupantes das demais funções comissionadas; e

Considerando, ainda, a necessidade de proceder com a adequação das nomeações e designações dos cargos em comissão e funções comissionadas criados e/ou transformados por meio da reestruturação administrativa da Secretaria deste Tribunal, aprovada por meio da Resolução TRE-PI nº 520, de 26 de março de 2026, resolve:

Art. 1º Exonerar WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO, ANALISTA JUDICIÁRIO, Área Judiciária, do cargo em comissão de SECRETÁRIO, Nível CJ-3, do GABINETE DA SECRETARIA JUDICIÁRIA.

Art. 2º Nomear WALTER SCHEL ALVES DA COSTA RAPOSO, ANALISTA JUDICIÁRIO, Área Judiciária, para o cargo em comissão de DIRETOR GERAL — GABINETE DA DIRETORIA GERAL, Nível CJ-4, do GABINETE DA DIRETORIA GERAL, lotando-o nesta unidade.

Art. 3º Dispensar RIVELINA REMET RODRIGUES DA COSTA, TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, do exercício da função comissionada de ASSISTENTE VI, Nível FC-06, do GABINETE DA DIRETORIA GERAL.

Art. 4º Designar FABIO DE SOUZA CHINELATE, TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, para o exercício da função comissionada de ASSISTENTE VI, Nível FC-06, do GABINETE DA DIRETORIA GERAL, lotando-o nesta unidade.

Art. 5º Dispensar MYRNA DOS REIS VELOSO SOARES, TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, do exercício da função comissionada de OFICIAL DE GABINETE, Nível FC-04, do GABINETE DA DIRETORIA GERAL.

Art. 6º Designar RIVELINA REMET RODRIGUES DA COSTA, TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, para o exercício da função comissionada de OFICIAL DE GABINETE, Nível FC-04, do GABINETE DA DIRETORIA GERAL, lotando-a nesta unidade.

Art. 7º Dispensar MARCEL ROBERT BASTOS SILVA, servidor do quadro de pessoal do Instituto Federal do Piauí - IFPI, do exercício da função comissionada de ASSISTENTE III, Nível FC-03, do GABINETE DA DIRETORIA GERAL.

Art. 8º Designar MYRNA DOS REIS VELOSO SOARES, TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, para o exercício da função comissionada de ASSISTENTE III, Nível FC-03, do GABINETE DA DIRETORIA GERAL, lotando-a nesta unidade.

Art. 9º Designar CAIO PEIXOTO DE CASTRO LINS, TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, para o exercício da função comissionada de ASSISTENTE II, Nível FC-02, da ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL, lotando-o nesta unidade.

Art. 10. Dispensar PATRICIA VILARINHO DA ROCHA, TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, do exercício da função comissionada de CHEFE DE NÚCLEO, Nível FC-06, do NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E INSTITUCIONAL.

Art. 11. Designar PATRICIA VILARINHO DA ROCHA, TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área Administrativa, para o exercício da função comissionada de CHEFE DE GABINETE, Nível FC-06, do GABINETE DA PRESIDÊNCIA, lotando-a nesta unidade.

Art. 12. Designar MARCEL ROBERT BASTOS SILVA, servidor do quadro de pessoal do Instituto Federal do Piauí - IFPI, para o exercício da função comissionada de OFICIAL DE GABINETE, Nível FC-04, do GABINETE DA PRESIDÊNCIA, lotando-o nesta unidade.

Art. 13. Dispensar CLEOFO FERREIRA DA SILVA, ANALISTA JUDICIÁRIO, Área Administrativa, do exercício da função comissionada de ASSISTENTE I, Nível FC-01, da ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA.

Art. 14. Designar CLEOFO FERREIRA DA SILVA, ANALISTA JUDICIÁRIO, Área Administrativa, para o exercício da função comissionada de ASSISTENTE I, Nível FC-01, do GABINETE DA PRESIDÊNCIA, lotando-o nesta unidade.

Art. 15. Dispensar JACOB ALVES PESSOA JUNIOR, ANALISTA JUDICIÁRIO, Área Judiciária, do exercício da função comissionada de ASSISTENTE V, Nível FC-05, do GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

